



NELSON LIMA NETO
nelson.neto@extra.inf.br

Com **CAROLINA HERINGER** carolina.heringer@extra.inf.br e **MARINA NAVARRO LINS** marina.lins@extra.inf.br

Servidor

Royalties como garantia de novos empréstimos para o Rio

Estado aposta em negociação com bancos para aumentar receita. Mas já comprometeu ganho futuro até 2027

► Das apostas do governo estadual para encher o caixa do Rio, a possibilidade de negociar ativos futuros — caso dos royalties e das participações especiais (compensações) pagos aos estados que produzem e extraem petróleo — surge como a principal opção diante da escassez de ideias para o aumento de receitas. Ontem, o secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa, esteve em São Paulo conversando com

bancos privados a respeito da possibilidade de dar essa previsão de arrecadação futura como garantia para novos empréstimos. O problema é que o Rio depende de vários fatores para pôr o plano em prática.

— Ainda não temos previsão de arrecadação. Depende do mercado. Há também a dependência sobre o aprovação das leis que tratam o assunto, e que o Tesouro Nacional libe-

re esse tipo de operação — disse um integrante do alto escalão estadual.

Para quem participa da administração, a esperança é que a Câmara dos Deputados e o Senado trabalhem em conjunto pela aprovação das leis necessárias. Amanhã, uma reunião no Palácio Guanabara entre deputados federais e o governador Luiz Fernando Pezão vai discutir propostas.

ISENÇÕES FISCAIS

— Vamos levar propostas. Da minha parte, vou pedir uma avaliação das isenções fiscais. As que geram emprego podem ser mantidas. As demais precisam ser revistas ou suspensas —

disse o deputado federal Alessandro Molon (Rede).

Em 2014, no entanto, o Estado do Rio já negociou receitas futuras sobre royalties e participações especiais de petróleo até 2027, numa das negociações feitas para obter empréstimos. O contrato, porém, incluía previsões de lucros que não se confirmaram. Nos últimos meses, o Rioprevidência teve que negociar com os credores para evitar o vencimento antecipado dos ativos que vendeu no exterior. Para evitar um rombo maior, o fundo aceitou pagar multa e juros maiores, além de comprometer parte de sua receita perante os credores internacionais.

DIVULGAÇÃO



Petróleo: ganhos comprometidos